

EDITORIAL

Patrimônio. Esse termo tem acepções diferentes, cujas vertentes não é possível, neste espaço, fazer mais do que evocar algumas delas: cultural, arquitetural, museal, documental, memória e lugar de memória. Todas essas tipologias têm em comum o fato de que patrimônio é vetor de consciência, formador de identidade.

O patrimônio não se restringe às heranças do passado, cujos fragmentos se conservam para transmissão à descendência. Ele é também uma construção do presente, consubstanciada através de escolhas.

A conservação e formação do patrimônio se fazem sob tensão permanente, na medida em que escolher é também renunciar. Os atores são necessariamente múltiplos, tipicamente incluem cientistas, técnicos, responsáveis administrativos e governos. Múltiplos são também os vetores de influência que, intimamente imbricados, imprimem forças – não raro antagônicas – sobre as escolhas, entre os quais: substrato social em mutação rápida e constante, grupos ideológicos e de afirmação de identidade (religiosa, social, racial, sexual) variados e conflitantes, arcabouço legal mutante e por vezes inapropriado e comunidade internacional com matizes e interesses próprios. O conjunto banhado no caldo das limitações financeiras, no qual se fermentam as crises de identidade institucional, das quais o patrimônio frequentemente emerge como elemento distoante

da razão de ser institucional, expressa em termos de missão e valores institucionais.

Mas há influências ainda mais profundas, como as que remontam à criação de instituições voltadas à conservação e estudo do patrimônio mais por inspiração exógena do que em decorrência de práticas sociais nacionais. Instituições longevas decorrem da adesão social; o patrimônio só se torna vetor de consciência pela via da atividade social.

O tema do patrimônio, sua formação e preservação é, portanto, complexo. O Centro de Preservação Cultural (CPC) da Universidade de São Paulo é um órgão horizontal, que traz em seus quadros pessoal com formação diversificada na área do patrimônio. O órgão está sob a regência administrativa de uma instância também horizontal e sensível às questões de patrimônio, a Pró-Reitoria de Extensão Universitária. Essa harmonia de propósitos confere ao CPC grande latitude de ações.

Não compete, como aliás escapa às finalidades do CPC, estabelecer doutrinas em relação ao patrimônio. Suas metas estão centradas na promoção do aprofundamento, da ampliação, atualização e difusão do conhecimento sobre a noção de patrimônio no sentido mais abrangente do termo.

Os frutos das reflexões de diversos atores, de dentro e fora da USP, contribuem com subsídios à formulação de políticas institucionais para o patrimônio que, eventualmente, irradiam para outras esferas.

Em consonância com esses propósitos, a presente edição de número 25 da Revista CPC traz, na forma de artigos, uma série de reflexões sobre várias vertentes do patrimônio: patrimônio e identidade, patrimônio natural, política de patrimônio imaterial, política de patrimônio francesa, restauração de patrimônio edificado e educação patrimonial.

São contribuições que, sem dúvida, devem ser lidas por aqueles interessados em pensar os caminhos do patrimônio nacional.

Marcos Tavares
Diretor – Centro de Preservação Cultural